



A busca pela popularidade e a disputa entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo no governo Bolsonaro

Marco Aurélio Dias de Souza¹

RESUMO

O artigo analisa as contradições presentes no embate entre as propostas neoliberal e neodesenvolvimentista, que dominaram os projetos políticos do país, e compreende como a incapacidade desses dois projetos de criar alternativas e a dificuldade de se propor saídas para além deles possibilitou a vitória de um movimento de radicalização do projeto neoliberal. Nesse sentido, a questão é demonstrar como esse projeto de ultraliberal se novamente se constrói de maneira ingovernável e pautado em um profundo desprezo a vida e como o governo Bolsonaro, buscando a construção de uma base eleitoral para 2022 se tenta se apropriar de programas de transferências de renda profundamente antagônicos ao projeto em marcha.

Palavras-Chave: Bolsonaro, neodesenvolvimentismo, neoliberalismo, programas de transferência de renda.

Recebido em 11/10/2020
Aceito para publicação em 19/01/2021

Introdução

No dia 29 de setembro de 2020, o atual ministro da casa civil Onyx Lorenzoni, ao visitar o estado da Paraíba, declarou que o programa Renda Cidadã, que a administração Bolsonaro trabalha para tirar do papel, possuía diferenças substanciais ao Programa Bolsa Família. Segundo o ministro, o programa da administração anterior não estimulava a emancipação e criava dependência econômica e política das pessoas².

¹ Doutor em Sociologia pela UNESP. Professor Adjunto no Departamento de Educação/ UFS/ Itabaiana e no Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFS. E-mail: dias_dias_@hotmail.com.

² <https://youtu.be/HoPrznzi3yc> .

A fala, que poderia indicar mudanças significativas na maneira de se pensar políticas assistências no Brasil, chama atenção por ocorrer em meio a um descontentamento com a proposta, feita pelo Senador Márcio Bittar, de transferir parte do dinheiro reservado ao Fundeb e precatórios para garantir o financiamento do novo programa. Dentro desse cenário, é importante lembrar que ele foi apresentado em substituição a proposta do Renda Brasil, recém fracassado, após o ministro Paulo Guedes condicionar seu financiamento a uma série de reduções de direitos sociais e trabalhistas, como o congelamento de aposentadorias, o fim do abono salarial, do seguro-defeso, do salário família e do programa farmácia popular³. Como resultado o governo recuou e transferiu as atribuições de pensar o novo programa das mãos do “superministro”.

É importante pontuar que a ampliação do interesse do governo federal pelo programa surgiu a reboque do crescimento da aprovação da administração, algo estreitamente alinhado ao pagamento das parcelas do auxílio emergencial. O auxílio foi destinado a parte dos trabalhadores informais, como paliativo para a paralisia econômica causada pela pandemia. Mais do que isso, a indicação de um programa de transferência de renda, que demonstra pouca ou quase nenhuma inovação ao seu antecessor, aponta para uma encruzilhada que atinge o atual governo e que se reflete na fala do próprio ministro Lorenzoni. Ou seja, programas assistenciais são historicamente vistos de maneira negativa pelo discurso neoliberal⁴, ao serem interpretados como responsáveis por causar dependência ao Estado, por favorecer pessoas que não os mereceriam e por causar riscos a democracia⁵, contudo, isso só ocorre quando os programas não foram propostos pelo grupo que se encontra no poder.

Esse artigo discute algumas contradições presentes no entorno da tentativa de implantação desse projeto pela administração Bolsonaro, a partir da percepção das oposições existentes entre a proposta discursiva ultraliberal (que sustenta o governo) e seu atual esforço em manter e ampliar uma base de apoiadores para a tentativa de uma reeleição. Essa análise parte da constatação de que as crises econômica e política levaram a eleição do atual presidente, por incapacitarem as tentativas neodesenvolvimentistas de moderação entre

³ <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/09/30/renda-cidada-novo-bolsa-familia-renda-brasil-programa-governo-bolsonaro.htm>

⁴ Embora Milton Friedman (1962) tenha proposto a ideia de um imposto de renda negativo e outros neoliberais como Charles Murray tenha proposto o retorno de quantidades substanciais dos impostos pagos para a população. Essas propostas apareceram no discurso neoliberal como uma substituição aos serviços oferecidos pelo Estado e não como um complemento a eles.

⁵ Hirschman (1992).

reformas neoliberais e a manutenção de tentativas de combate à desigualdade social.

Essa incapacidade fez diminuir a resistência a narrativas favoráveis às propostas de reformas neoliberais e facilitar ataques a estrutura de bem estar social, que vinham sendo estabelecidas desde a Constituição de 1988, ao mesmo tempo em que, a crise política floresceu estratégias “neopopulistas digitais” responsáveis por ataques as instituições democráticas e a agências de fiscalização e controle.

Como resultado, a administração Bolsonaro empenhou-se discursivamente em garantir reformas ultraliberais impopulares, que impossibilitariam a obtenção de apoio de setores não vinculados ao seu eleitorado mais radical⁶. Para sustentar esse argumento, o artigo traz o exemplo dos dados da pesquisa realizada por Solano, Ortellado e Ribeiro (2019) que apontam que durante as manifestações envolvendo o impeachment de Dilma Rousseff, embora existisse uma forte polarização política e sentimento de rejeição ao PT, a maioria dos entrevistados paulistanos se manteve favorável ao Programa Bolsa Família (com 54,1% enxergando o programa como necessário para diminuir a desigualdade), contrários ao corte de gastos com saúde e educação (88,8% contrários aos cortes) e rejeitando as privatizações de empresas estatais como Correios e Banco do Brasil (53,1%).

Para tornar esse debate mais claro, esse artigo será dividido em duas passagens para além dessa introdução. A primeira versará sobre o debate entre as perspectivas neoliberal e a neodesenvolvimentista, de maneira que, o destaque dado a esses dois projetos se deve a constatação deles amarrarem as possibilidades políticas-econômicas do Brasil desde o processo de redemocratização. A preocupação ao inserir esse debate está em apontar a existência de momentos mais agudos de implantação de reformas neoliberais e momentos marcados por negociações e tentativas de domesticação ou dissimulação da implementação dessas reformas. Simultaneamente ao congelamento das possibilidades entre essas duas agendas abriu-se espaço para um processo de reestruturação produtiva e para o crescimento de uma grande massa de “empreendedores individuais”, que nada mais são do que trabalhadores despossuídos de direitos e articulação política.

⁶ Nobre (2020) argumenta que a base política de Bolsonaro ates da pandemia girava em torno de 1/3 da população.

Já a segunda passagem procura entender como o bolsonarismo se aproveitou desse cenário, construindo uma aliança de vertentes neoliberais, autoritárias e fundamentalistas cristãs, articuladas dentro de uma confluência que se convencionou, no linguajar popular, como “o liberal na economia e conservador nos costumes”. O intuito aqui é que, embora existam disputas entre correntes pela hegemonia das ideias do governo, se tornou preponderante um discurso neoliberal radicalizado que estabeleceu, mais do que nunca, uma relação de fracasso e sucesso ao indivíduo e atrelou ao insucesso um forte grau de desprezo a vida. Essa base de sustentação neoliberal/autoritária será denominada nesse artigo como ultraliberal⁷, apenas como uma forma de diferenciação do projeto neoliberal implantado na década de 1990.

É importante também destacar que durante a pandemia o governo ampliou sua aprovação a partir da atração desses trabalhadores sem direitos (vitimizados pelas reformas neoliberais e pela reestruturação produtiva) que agora são atraídos para o governo federal devido aos auxílios recentemente liberados⁸.

Então, o enfoque se dá em dois processos que espelham contradições características do Brasil contemporâneo: o primeiro é a crescente massa trabalhadores em um processo de precariedade e superexploração. Esses trabalhadores se encontram tão afastados de direitos sociais básicos que ampliam o apoio ao governo, mesmo diante do empenho e das promessas de redução de direitos. Fato que reflete a fala do atual presidente sobre a defesa das mudanças na CLT, que trabalhadores teriam direitos demais ao ponto de não terem empregos: “Aos poucos, a população vai entendendo que é melhor menos direitos e [mais] emprego do que todos os direitos e desemprego”⁹. Antes disso, o presidente já tinha declarado em uma entrevista para o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT): “Que país do mundo tem [Justiça do Trabalho, onde são julgados os conflitos laborais]? Já temos Justiça comum, se [um trabalhador]

⁷ Embora ultraliberal seja um termo associado a autores da escola austríaca, optamos por estabelecer nesse artigo o termo como definição dessa aliança entre neoliberais, autoritários e conservadores religiosos por considerarmos que a adoção de política e valores neoliberais são a base de sua formação. Contudo, apenas o termo, neoliberais, não daria conta do caráter autoritário, anti-institucional e, em alguns momentos, profascista do movimento.

⁸ Segundo o PoderData, a aprovação de Bolsonaro chegou a um pico de 61%, em 30/09/2020, entre o grupo de pessoas sem renda fixa. Sendo aprovado por 49% para os brasileiros entrevistados que recebiam auxílio emergencial (de acordo com a pesquisa realizada pelo mesmo instituto entre os dias 26 e 28 de outubro).

⁹ Fala de Bolsonaro em 21 de março de 2018 na Associação Comercial do Rio De Janeiro (ACRJ). Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/para-bolsonaro-e-melhor-menos-direitos-trabalhistas-que-perder-o-emprego/>.

vai à Justiça e perde, ele tem de pagar. (...) Não faz sentido ter direitos se não houver trabalho¹⁰.

Concomitantemente, temos o segundo processo que compõe o cenário atual, marcado pelo que Felipe Demier (2019) denominou de democracia blindada, ou seja, a estrutura de nossa democracia excluiria a participação popular do processo decisório e utilizaria da violência para impedir espaços de contestação e manifestações contrárias as reformas neoliberais. Vale acrescentar uma nota que o artigo não nega o avanço de reformas ortodoxas em períodos neodesenvolvimentistas, elas ocorreram tanto em períodos neoliberais quanto em períodos neodesenvolvimentistas, como pode-se perceber no exemplo da lei antiterrorismo durante os preparativos para a Copa do Mundo, contudo, os dois períodos demonstram claramente diferenças de projetos e de autonomia.

Como fruto desses dois processos se constrói uma composição bastante singular de eleitores, advindos de trabalhadores vitimizados por políticas neoliberais, que diante da ausência de programas de geração de emprego, da efetivação de políticas de manutenção de direitos e de acesso a serviços estatais, encontram refúgio nos discursos “neopopulistas¹¹”. Isso ocorre porque esses eleitores são acolhidos por um binômio formado pela defesa do uso da violência como solução para a crescente sensação de insegurança e pelo discurso religioso conservador que reforça o componente ideológico do neoliberalismo através das teorias da prosperidade.

É importante, dentro desse cenário, destacar a concordância com Spyer (2020) que entende que o problema do processo não está propriamente na teoria da prosperidade, visto que, as Igrejas têm um papel bastante significativo de acolhimento, onde, essas massas sem direitos e sem qualquer apoio estatal acabam constituindo uma importante rede de apoio, compartilhamento de experiências e garantia de voz e reconhecimento. A questão aqui, então, seria muito mais a incapacidade de setores progressistas em conseguir ressignificar no discurso político essas redes e a própria teoria da prosperidade, ao deixar que prevaleça um caráter individualista e, em muitos momentos, reforçar um discurso de inferioridade das pessoas que fazem parte desses grupos religiosos

¹⁰ dn.pt/mundo/principais-frases-do-presidente-brasileiro-nos-primeiros-100-dias-de-mandato-10776106.html

¹¹ O conceito de neopopulista utilizado aqui não possui a profundidade do rico debate sobre populismo presente nas ciências sociais latino-americanas, afinal, destacam-se diferenças das definições clássicas de populismo para o fenômeno atual. O uso do termo aqui se enquadra no sentido de delimitar atores políticos *outsiders* que se colocam como defensores do povo contra uma elite hegemônica (muitas vezes imaginária).

(entendidos como manipulados e alienados). Nesse sentido, ao visualizar a maneira como esses componentes vem sendo empregados, fica claro que, no curto prazo, existe uma atuação simultânea entre eles, com a religião constantemente assumindo funções que eram atribuídas ao Estado. Assim, se fecha um ciclo de dependência, econômica, política, social e, até mesmo, espiritual vinculado a uma lógica ultraliberal.

Por fim, como conclusão, o texto se debruça sobre os dois programas de transferência de renda exemplificados, mostrando o dilema entre a aceitação e reconhecimento da importância dessas medidas, mas sem deixar de questionar a insuficiência de seu poder transformador na sociedade.

O caminho do ultraliberalismo e a interpretação de que os resultados de reformas neoliberais não são responsabilidade das reformas neoliberais

É inegável que o país avançou a partir do período de redemocratização. É inegável também que a Constituição Cidadã de 1988 mobilizou a participação de uma grande quantidade de movimentos sociais, consolidou direitos e foi pensada em um sentido de construção de um projeto autônomo e desenvolvimentista. Essas duas constatações escondem a ironia do processo constituinte que, segundo Nobre (2020), já em sua formulação, possuía um grande número de atores com intuítos e atuações similares ao que anos depois se denominou centrão, ou seja, participavam do processo pra impedir o avanço de propostas progressistas, garantindo o “imobilismo”, a manutenção de desigualdades e a exclusão.

A questão é que concomitantemente a implementação de uma constituição de caráter desenvolvimentista, o Brasil estreou o período de redemocratização com uma sequência de Presidentes que adotaram agendas ortodoxas. Em alguns momentos de forma mais exposta como no caso do Governo Collor e FHC e suas medidas focadas em abertura econômica, reformas do Estado e privatizações. Em outros, com tentativas de negociação entre a agenda neoliberal e tentativas de garantia da diminuição da desigualdade e da construção de alguma autonomia, como no exemplo dos governos Lula¹² e Dilma e seu teor propriamente neodesenvolvimentista.

¹² Essa tentativa de negociação fica clara na famosa carta aos brasileiros que colaborou com a eleição do presidente petista e a tentativas de reformas realizadas por Dilma no início de seu segundo mandato.

Bresser-Pereira (2011) apontou que, a partir do que ficou conhecido como Consenso de Washington, iniciaram-se pressões por políticas macroeconômicas ortodoxas (principalmente nos países de médio e baixo grau de industrialização) e reformas institucionais orientadas para o mercado, incluindo as ideias de liberalização financeira, o abandono do conceito de “nação” e a perda de autonomia por parte dos Estados. Dentro desse ideário dominante, nos anos 1980 e 1990, a possibilidade para desenvolvimento econômico hegemonicamente se restringia a defesa do livre mercado, na garantia de contas governamentais estáveis e esperança de investimentos externos, porém, toda essa estrutura de empenho as necessidades de mercados e investidores somente era garantida com contratos assegurados pelos Estados periféricos. Ou, segundo a definição do autor:

É uma ideologia exportada para os países em desenvolvimento que, apesar de sua promessa de promover a prosperidade geral, na verdade atende aos interesses dos países ricos em neutralizar a capacidade de competir desses países de renda média. Pode ser sumariamente definida por quatro proposições: primeira: o maior problema dos países de renda média é a falta de reformas microeconômicas capazes de permitir que o mercado funcione livremente; segunda: controlar a inflação é a principal finalidade da política macroeconômica, mesmo se as taxas de inflação forem moderadas; terceira: para obter esse controle, as taxas de juros devem inevitavelmente ser altas, e a taxa de câmbio, correspondentemente apreciada; quarta: o desenvolvimento econômico é uma competição entre países para obter poupança externa (déficits em conta corrente) e, portanto, a valorização da moeda estrangeira provocada pelas entradas de capital necessárias para financiar os déficits não é motivo de preocupação, pois os retornos sobre a taxa de investimento aumentada compensam isso. (BRESSER-PEREIRA, 2011, p. 15).

A questão é que do salto dos projetos desenvolvimentistas, que dominaram grande parte do século XX, para as reformas neoliberais dos anos 1990, a aclamada ampliação do desenvolvimento e o crescimento econômico através da liberdade financeira e do livre mercado se mostrou diminuta em comparação ao período anterior. Junto a isso, o crescimento desenfreado da desigualdade econômica e o empobrecimento da população passaram a trazer questionamentos sobre a eficácia dessas reformas. Como resposta aos reflexos da implantação dessas reformas neoliberais, os anos 2000 iniciaram na América

Latina um ciclo de governos pautados na retomada de medidas desenvolvimentistas, o que acabou sendo definido por alguns intelectuais como neodesenvolvimentismo.

No caso brasileiro, Boito Jr. (2012) mostrou que a frente política neodesenvolvimentista teve sua origem já em meados da década de 1990, quando um fragmento da burguesia do país passou a perceber contradições nas reformas neoliberais e, a partir disso, construiu uma aliança política que unificava setores “das classes dominantes” e “das classes dominadas”. Essa aliança encabeçada pelo PT, principal partido de oposição no período, chegaria ao poder em 2003, após o partido assumir compromissos com os mercados internacionais através da conhecida carta aos brasileiros¹³.

De forma resumida o neodesenvolvimentismo pode ser compreendido como uma proposta desenvolvimentista em tempos de neoliberalismo. Nesse sentido, mantém a percepção neoliberal do mercado como principal produtor e organizador das riquezas e garante o cumprimento de responsabilidade fiscal, pagamento de dívidas, do controle da inflação e de políticas cambiais e de juros.

Segundo Boito Jr. (2012) a frente também incluiria políticas de recuperação do salário mínimo, financiamento de grandes empresas através do BNDS, uma política externa de apoio a grandes empresas nacionais, políticas anticíclicas e o investimento estatal em infraestrutura. Concomitantemente, como apontou Cepêda (2012), o Estado teria um papel social proeminente ao propor estratégias um pouco diferentes das apresentadas no Estado desenvolvimentista, entendendo que o combate à pobreza e a defesa pela inclusão social como papéis cruciais para a construção de desenvolvimento econômico.

Em seu conjunto, as políticas diretas e indiretas de renda possuem funcionalidade múltipla: econômica – pois aquecem mercado, servindo como meio de dinamismo e estímulo à produção industrial, comércio, serviços (a via do consumo de massa é, em boa medida, parente do modelo mercado interno do velho desenvolvimentismo); e política – pois ao incluir como consumidor ou proprietário, a lógica dessa inserção, inicialmente econômica, assenta-se no princípio do direito e da cidadania, como parcela do contrato social que possibilita requerer a promoção do bem-estar como uma das tarefas do Estado. (CEPEDA, 2012, p.10).

¹³ <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>.

Essa configuração foi responsável pelo que Singer (2012) apontou como o momento de virada da primeira para a segunda administração Lula, ao unir aumento real do salário-mínimo, com ampliação do crédito e a implantação do programa bolsa família. A estratégia foi bastante eficiente enquanto os preços das *comodities* estavam elevados, fazendo com que o país alcançasse uma situação de quase pleno emprego no final do primeiro mandato de Dilma Rousseff. Contudo, as constantes crises econômicas e políticas, somadas ao crescente processo de desindustrialização, ao enfoque em produção de matéria-prima e ao endividamento da população, rapidamente levaram a um estrangulamento do projeto.

Como resultado o Brasil chegou na metade da década de 2010 com as duas estratégias de crescimento econômico dominantes no período pós-democratização mostrando-se pouco eficientes e o país sendo lançado em um novo dilema para resolver suas contradições sociais, ou como apontou Barreiras e Botelho (2016).

Não há inclusão imaginável sem crescimento e tampouco é plausível uma nova rodada de crescimento – com ou sem a “pacificação” das tensões sociais internas – baseada apenas nas expectativas do mercado em relação a uma nova política de austeridade. O Brasil continua a ser fundamentalmente dependente dos ciclos externos. (BARREIRA; BOTELHO, 2016).

Foi nesse cenário de crise política, marcado por um vazio de possibilidades devido à incapacidade de conciliações e pacificações com o Capital que os últimos anos foram constituídos. Junto a isso, a instabilidade econômica atrelou-se com a crise política e resultou na rejeição dos governos petistas, associados aos processos de corrupção constantemente ventilados pela mídia e pela pressão construída pelo lavajatismo¹⁴. O resultado, já tão bem conhecido, foi o processo que levou ao impeachment da presidenta Dilma Rousseff, a prisão de do ex-presidente e candidato Lula (ainda durante a corrida presidencial) e a eleição de Jair Bolsonaro atrelado a uma plataforma que radicalizava o ideário neoliberal e sincronamente deslegitimando as instituições com ataques ao congresso, STF e as agências reguladoras.

Dessa forma, a eleição e os primeiros anos do governo Bolsonaro indicam a tentativa de romper com o dilema

¹⁴ Moura e Corbellini (2019) apontam a disputa eleitoral de 2018 entre o lulismo e o que os autores vão chamar de partido da lava jato.

neoliberalismo/neodesenvolvimentismo, estabelecendo uma proposta de mais “neoliberalismo”, agora modulado dentro de uma retórica autoritária, muitas vezes entrelaçadas com características neofascistas, ou como nos mostra Filgueira e Druck:

A incapacidade do liberalismo clássico e da socialdemocracia, em apresentar alternativas ao ultra-neoliberalismo e suas consequências sociais, facilitou o crescimento do neofascismo. (FILGUEIRAS, DRUCK,)

A afirmação toca em um ponto vital para se compreender a estrutura do Bolsonarismo, uma vez que, reproduz o discurso neoliberal, mas nega o papel fiscalizador das agências multilaterais e do próprio Estado. Se a defesa argumentativa do livre mercado era o direito da escolha pelos ditos “clientes”, agora o sentido passa ser simplesmente a ideia de um direito imanente de determinados grupos alcançarem seus objetivos econômicos e, para isso, o papel do Estado se transforma de fiscalizador para um agente de negação dos abusos e garantidor da não contrariedade. O resultado é a aplicação de um discurso que justifica a exploração pela exploração em seu sentido mais predatório, pois, se despe de qualquer princípio limitante e considera os atingidos por ela não mais como vítimas, indivíduos ou consumidores que deveriam ser requalificados, mas como um empecilho para o sucesso de alguns grupos enxergados como pioneiros ou desbravadores.

É exatamente nesse momento que esse artigo propõe uma parada nessa narrativa econômica-social para dar início a sua segunda parte, ou seja, aprofundar como a aliança Bolsonarista se constituiu como alternativa a essas crises e como novamente ocorreu uma reestruturação do Capital agora amarrado a esse componente “ultraliberal”, profundamente anti-institucional e ainda mais brutal na negação de direitos, do que as propostas neoliberais constituídas nas décadas anteriores.

Governo Bolsonaro: representações autoritárias e a inserção do ultraliberalismo

Quando Bolsonaro saiu vitorioso das eleições de 2018, ao atingir mais de 57 milhões de votos, aproveitando-se da desmoralização das elites política, do aprofundamento da crise de segurança e do crescimento da importância das

redes sociais¹⁵, era esperado que o país passasse por transformações. Setores alinhados ao que se convencionou chamar de direita esperavam que as reformas pró-mercado, radicalizadas ainda durante a tentativa de sobrevivência do segundo mandato Dilma Rousseff e aprofundadas durante a gestão Temer, como a reforma administrativa, reforma tributária e reforma da previdência seriam rapidamente implantadas, e, dentro de suas crenças, acreditavam que elas poderiam atrair novos investimentos externos e combater a dívida pública. Para essa hipótese se tornar possível seria necessário um enquadramento dos destemperos do presidente pelas instituições, levando-o a um caminho discursivo mais moderado. Ao mesmo tempo, dentro do mesmo grupo vencedor da eleição, uma ala mais alinhada à pauta dos valores acreditava que o presidente traria uma nova moralidade a vida política do país ao garantir a obrigatoriedade, mesmo que através da força, de que a “minoridade” se curvasse diante da “maioria”¹⁶.

Do outro lado da moeda a sensação era de que a vida seria definitivamente muito mais complicada e isso ocorria pela forma como Bolsonaro e seus apoiadores demonstravam entender o jogo político. Ou seja, por rejeitar a ideia da política e por identificar que a necessidade de moderação e a tolerância com opositores eram as causas dos problemas do país, parecia claro que o único caminho seria o da radicalização. Mais do que isso, a campanha eleitoral já havia demonstrado o funcionamento da máquina bolsonarista e suas estratégias de ataques e propagação de desinformação. Nesse sentido, não existiria outra expectativa para um governo Bolsonaro que escapasse de uma perspectiva de agressões, perseguições e tentativas autoritárias de implementação de projetos. Como apontou Nobre (2020):

Essa cultura política Bolsonarista segue a lógica da guerra - e a cultura da morte que a acompanha. É uma política da morte que considera conversa fiada a ideia de que a disputa política se faz sobre um terreno comum compartilhado e compartilhável. (NOBRE, 2020, p.10).

Nesse sentido, essa lógica de guerra tem um enfoque central que vai muito além da ideia de acabar com seus opositores, mas reflete-se também em uma guerra para acabar com a própria democracia. Com o apogeu de uma pandemia, ao qual, se espera de governantes cuidado e a moderação, a

¹⁵ Moura e Corbellini (2019) apontam esses três fatores como responsáveis estruturais da sua vitória.

¹⁶ <https://istoe.com.br/frases-de-bolsonaro-o-candidato-que-despreza-as-minorias/>.

impossibilidade de governar para além da guerra fez também com que a administração reproduzisse a morte e o desdém com a vida. Essa se torna a lógica do indivíduo que deveria lutar contra a pandemia de peito aberto, pois, a preocupação e a previdência, em períodos de ascensão do ultraliberalismo, são consideradas fraquezas.

É nesse ponto que esse artigo volta para o debate iniciado na passagem anterior, visto que, o processo de radicalização do modelo neoliberal e o fim das ilusões em torno de tentativas de moderação culminam em uma ideia de sociedade, ao qual, a vida se torna menos relevante que a possibilidade de lucro. Esse processo somente se tornou possível através da construção constante de uma narrativa de violência, que tem seu início desde o processo de redemocratização e aponta que a sociedade ao se tornar democrática se tornou também mais violenta. Essa narrativa, fortemente repetida pelos programas policiaiscos, possibilitou a justificativa de uma violência preventiva¹⁷, que dá o direito das forças de segurança ou aos “cidadãos de bem” de esmagar os indivíduos considerados improdutivos e supérfluos, ou, como aponta (MENEGAT, 2019, p.14): “Como não se trata de uma guerra convencional, por ora é apenas o direito da sua primazia sobre os direitos sociais e o esmagamento das massas supérfluas que está em andamento”.

Toda essa conformação, entre a violência urbana e a implantação de um modelo de Estado ultraliberal, se dá no bolsonarismo através de um processo já previsto por Marx (2011), no livro *Grundrisse*, e que podemos entender aqui a partir da ideia de capitalismo de fronteira. Dentro dessa leitura, seria nas fronteiras do capitalismo onde os processos de exploração se desenvolveriam de maneira mais violenta, ou seja, a implementação desse modelo ultraliberal, abraçado pelo bolsonarismo, nada mais é do que, uma justificativa para superexploração, aprofundada em países periféricos com o intuito de atingir maior potencialidade na extração de recursos e implantação de um modelo de pilhagem para financiar o centro e os interesses de frações das elites locais.

Como apontou Cunha (2019), a fronteira se torna vital, pois, é nela que estão as terras mais férteis, as minas desconhecidas e as possibilidades de expansão do aumento da produtividade a partir de novas forças de trabalho. Essa argumentação acaba se encaixando perfeitamente ao Bolsonarismo ao explicar tanto o processo de desregulamentação de direitos e apropriação do trabalho

¹⁷ Aos moldes da propaganda no início dos anos 2000 pelos neoconservadores, contudo, o inimigo deixa de ser um possível ditador em alguma republiqueta ao redor do mundo e passa a ser o indivíduo sem direitos.

vulnerável, quanto o fascínio predatório sobre as terras do interior no Brasil, a vontade de explorar as riquezas da Amazônia e os sonhos com um país que se sustente a partir da venda de nióbio e outros minerais.

Essa imagem criada pelo ultraliberalismo atrai os grupos que formaram a aliança bolsonarista e faz com que compartilhem valores comuns. Ou, segundo Menegat (2019):

Em troca da captura do Estado, em aliança com um programa neoliberal liquidacionista dos restos da economia, estes bandos adquirem o salvo conduto para aprofundar socialmente estruturas de uma economia de pilhagem da riqueza ainda existente. (MENEGAT, 2019, p.14)

A forma de nublar a compreensão sobre esse processo apresenta-se de duas maneiras, a primeira vem associada propriamente a pregação neoliberal, que assume para si os ideais do cada um por si, do mérito individual, do empreendedorismo, constantemente propagados pela mídia, redes sociais e, agora também, refletido pela religião através de cultos neopentecostais e carismáticos. O reflexo dessa propagação é tão determinante que as crises provocadas pelas reformas neoliberais passam a não ser mais atribuídas a essas reformas, ao ponto de, no exemplo brasileiro construir-se a eterna espera da melhoria após reformas como a trabalhista, reforma da previdência, etc. Cria-se assim a retórica da próxima reforma impopular como a solução para todos os problemas.

Já a segunda, está inserida desde o início do processo de redemocratização e vem sendo estimulado pela imensa pluralidade partidária, pela estrutura presidencialista de coalizão, como apontada por Abranches (2018), pela característica de imobilismo, apontado por Nobre (2013), e pela blindagem de nossa democracia, analisada por Demier (2017). E se apresenta no pouco incentivo a participação política, tolerada apenas quando institucionalizada, e constantemente negada ao longo das décadas pela truculência das forças policiais quando as manifestações são contrárias as reformas ortodoxas e a retirada de direitos. Essa estrutura possibilitou a ascensão de um processo de negação da própria política que ao ser vista como deturpação, justifica a guerra e o uso da força como solução.

É dentro dessa constatação que o artigo parte para a sua conclusão, retomando sua atenção ao debate em torno do Projeto Renda Cidadã e seu papel como um catalizador de aproximação de uma base eleitoral vulnerável.

Da crítica a dependência ao oportunismo

Com o intuito de concluir esse artigo é necessário retomar a discussão presente em sua introdução e demonstrar como a proposta de mudança do Bolsa Família, em um cenário de radicalização de reformas ultraliberais, acaba soando com um ar eleitoreiro. Para traçar esse diagnóstico, primeiramente, é necessário fazer um rápido panorama da trajetória desses cerca de 16 anos do PBF.

Desde sua criação em 2003 o Programa Bolsa Família tem sido uma referência na questão de assistência social, ao ponto de, no ano de 2013, receber *I Prêmio Award for Outstanding Achievement in Social Security* pela Associação Internacional de Seguridade Social (ISSA)¹⁸. O PBF surgiu da união de alguns outros programas como o vale gás, o bolsa escola, o cartão alimentação e o vale refeição e tem seu bom desempenho atrelado ao estímulo em inúmeras frentes que vão muito além do combate à pobreza propriamente dito, entre elas pode-se destacar: o fato do programa ampliar o consumo e estimular a economia em regiões pobres, colaborar com o acompanhamento educacional e de saúde de uma parcela vulnerável da população e despersonalizar a assistência social, ao fazer com que o beneficiado receba diretamente através de um cartão bancário (o que diminuí a dependência exercida pelas lideranças políticas locais sobre os indivíduos necessitados). Nesse sentido: “O recebimento do benefício está condicionado ao acesso aos direitos sociais básicos: manter as crianças na escola, acompanhar as gestantes, monitorar a nutrição e a vacinação das crianças” (LÍCIO, RENNÓ, CASTRO, 2009, p. 34).

Entender o funcionamento do programa é, como apontaram Castro, et al (2009), entender a diferença entre dois tipos diferentes de programas de transferência de renda, os programas de renda básica da cidadania e os de renda mínima garantida. Segundo os autores o primeiro modelo partiria da ideia de transferência de renda do Estado para todos os cidadãos, já o segundo seria caracterizado por uma transferência de renda exclusivamente para os setores necessitados. Pensando no debate estabelecido até aqui, o BPF se enquadraria na segunda modalidade e por esse motivo seria alvo de críticas de alguns setores neoliberais que possuem preferências sobre o primeiro modelo, principalmente, pela defesa de programa de devoluções de impostos.

¹⁸https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=20191&Itemid=2

Rocha (2011), na conclusão de seu artigo, apontou outras características essenciais do PBF, ao indicar que o programa trouxe o avanço de partir do pressuposto que transferências de rendas são mecanismos legítimos quando se pensa um país como o Brasil. Isso ocorre pelo programa servir como uma resposta ao patamar de renda per capita que país que atingiu e, ainda assim, existirem pessoas em situação de pobreza extrema. Outro ponto favorável estava no que a autora apontou como “condicionalidades do programa em termos de frequência na escola e cuidados com a saúde” (ROCHA, 2011, p.133).

Com o sucesso do programa, algumas análises passaram a atribuir uma associação entre o PBF e as vitórias eleitorais do partido que o criou, o que fez com que algumas pesquisas, como (LÍCIO, RENNÓ, CASTRO, 2009), (LINS, FIGUEIREDO, SILVA, 2016) entre outras, indicassem uma correlação de votos em áreas mais carentes que recebiam o auxílio do programa. Contudo, como apontou Corrêa (2015) existiu também uma repercussão negativa ao PBF por parte da mídia e uma redução de votos entre outros grupos sociais que não eram beneficiados pelo programa e embarcaram, ao longo das disputas eleitorais, nas críticas de que ele era um instrumento de dependência política e responsável pela manutenção dos grupos auxiliados na pobreza. Como se pode destacar a partir do episódio citado abaixo:

É notável, por exemplo, que a própria esposa de José Serra, o candidato do PSDB na eleição de 2010, se referisse ao programa dizendo que "as pessoas não querem mais trabalhar, não querem assinar carteira e estão ensinando isso para os filhos", durante um evento de campanha na cidade de Curitiba (PR). (CORRÊA, 2015, p. 515)

É importante destacar que é com o aprofundamento desse processo que produziu a atual fala de Lorenzoni, afinal, se torna claro um movimento do governo por tentar aproveitar a popularidade conseguida através do auxílio emergencial e o esforço dele para construir alternativas que desloquem a memória de sucesso do programa estabelecido pelo governo anterior. Contudo, nesse processo ocorre o impasse estabelecido pelas limitações das próprias reformas neoliberais defendidas pela atual administração. Essas reformas impossibilitam o financiamento do programa, ao estabelecer a manutenção da emenda constitucional nº 95, também conhecida como a PEC do Teto. A medida, aprovada ainda na administração Temer sob a alegação de ser uma tentativa de controlar a os gastos governamentais, é considerada como uma grande vitória para essa tendência ultraliberal, pelo seu caráter de congelamento de gastos vitais ao funcionamento do Estado de Bem Estar Social brasileiro.

Então, o que se tem no atual momento do país é um debate em torno da intenção de reestruturar um programa de transferência de renda, aproveitando o sucesso atingido pela proposta de auxílio emergencial, atravessado uma clara impossibilidade de seu financiamento. Sua importância para o atual governo é a possibilidade de fidelizar um eleitorado, uma vez que, é impossível a médio e longo prazo contar apenas com os votos anti-sistêmicos e anti-petista.

Dentro dessa lógica, o governo precisa reproduzir a estratégia do governo anterior, mas garantindo algum sinal de distinção da atual proposta para a anterior. Com isso, as propostas de mudança no programa de transferência de renda, ainda em debate, procuram inserir valores claramente neoliberais no novo programa, como o estímulo à competição através de prêmios para os melhores estudantes e para alunos em destaque em ciência e tecnologia. O intuito dessas inserções indica duas preocupações, a primeira já explicada acima está na construção de justificativa para sua base eleitoral da manutenção e importância dada a um programa que foi por anos ironizado pelas lideranças do atual governo. A segunda pretende reforçar a pressão dos componentes ultraliberais em jovens, ainda em formação, algo que corrobora com as estratégias apontadas ao longo desse artigo¹⁹.

Ao mesmo tempo, as limitações do próprio modelo ortodoxo, adotado pelo governo, estabelecem impossibilidades para a construção de um programa de crescimento econômico e, até mesmo, para mudanças e manutenções de programas sociais. Ao ponto de, no dia 29 de novembro de 2020, o governo recuar sobre a implementação do Renda Cidadã (o que dá sobrevida por mais um ano ao PBF) e afirmar também que os auxílios emergenciais seriam extintos.

De toda forma, os próximos meses indicarão a direção dada aos programas de transferência de renda no país, assim como, trarão os resultados econômicos no pós-pandemia. Diante das projeções econômicas, que indicam sinais de volta da pressão inflacionária, a manutenção da desvalorização do Real e o aprofundamento da recessão econômica²⁰, o dilema neodesenvolvimentismo/neoliberalismo parece novamente bater à porta da administração federal. Isso ocorre, pois, o apelo às reformas ortodoxas, sem a retomada de medidas anticíclicas, parece insuficiente para uma retomada da economia. Da mesma maneira, a proposta isolada de mudanças mínimas em um

¹⁹ <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/11/17/bolsa-familia-creche-premio-aluno-esporte-ciencia-tecnologia.htm>.

²⁰ Mesmo com os dados de crescimento econômico apontados no último trimestre.

programa assistencial, ainda por cima atrelada a retirada de direitos dos poucos trabalhadores ainda estabilizados no país e somada ao agravante da não construção de políticas de criação e manutenção de empregos, parece levar não apenas a ampliação da recessão, mas também a um abismo ainda maior entre grupos sociais no Brasil. Esse dilema trazido por esse debate cria diferentes sinais vindos da administração, constantemente em conflito com as limitações impostas pelo teto de gastos e a sua ruptura com o intuito de ampliar apoio popular.

Referências

ABRANCHES, S. **Presidencialismo de Coalizão. Raízes e Evolução do Modelo Político Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BARREIRA, M.; BOTELHO, M. L. A implosão do “Pacto Social” brasileiro. Acesso em: <http://blogjunho.com.br/a-implosao-do-pacto-social-brasileiro/>.

BOITO JR, A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. FGV EESP - **09º Fórum de Economia da Fundação Getúlio Vargas**, 2012. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/16866?show=full>, Acesso em 09/05/2020.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Do Antigo ao Novo Desenvolvimento na América Latina. In: OCAMPO, J. A.; ROSS, J. (org.) **Handbook of Latin American Economics**. Oxford University Press, 2011. Disponível em: http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/10.01.Do_velho_novo_desenvolvimentismo.CCF.pdf. Acesso em: 05 de outubro de 2020.

CAMPELO, T.; NERI, M. C. (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

CASTRO, H. C. O. et al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opin. Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 333-355, nov. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200003&lng=pt&nrm=iso. acessos em 17 nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000200003>.

CEPEDA, V. A. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. **Estud. av.**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 77-90, Aug. 2012. Available from http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000200006&lng=en&nrm=iso. access on 13 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000200006>.

CUNHA, D. Bolsonarismo e “Capitalismo de Fronteira”. [-] www.sinaldemenos.org Ano 10, nº13, 2019, p.183-200.

DEMIER, F. **Depois do Golpe. A dialética da democracia blindada no Brasil.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

FILGUEIRAS, L.; DRURY, G. O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda. **Jornal GGN**, publicado em: 24 de dezembro de 2019, Acesso em: 08 de agosto de 2020. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/politica/o-neoliberalismo-neofascista-do-governo-bolsonaro-e-os-desafios-para-a-esquerda/>.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade.** Rio de Janeiro: LTC, 2014.

HIRSCHMAN, A. O. **A Retórica da Intransigência. Perversidade, Futilidade e Ameaça.** São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

LICIO, E. C.; RENNO, L. R.; CASTRO, H. C. O. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. **Opin. Pública**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-54, June 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000100002&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Nov. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762009000100002>.

LINS, R.; FIGUEREDO, D.; SILVA, L. O Bolsa Família e as Eleições Presidenciais no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, Julho, 2016.

MARX, K. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica a economia política.** São Paulo: Boitempo, 2011.

MENEGAT, M. Violência e Barbárie: um pequeno estudo sobre as origens remotas do bolsonarismo. **Argumentum**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 7-16, 2019. DOI: 10.18315/argumentum.v11i2.26864. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/26864>. Acesso em: 2 nov. 2020.

MOURA, M.; CORBELLINI, J. **A Eleição Disruptiva. Porque Bolsonaro Venceu.** Rio de Janeiro: Record, 2019.

NOBRE, M. **Ponto-Final. A Guerra de Bolsonaro Contra a Democracia.** São Paulo: Todavia, 2020.

_____. **Imobilismo em Movimento. Da Abertura Democrática ao Governo Dilma.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ROCHA, S. O programa Bolsa Família: evolução e efeitos sobre a pobreza. **Econ. soc.**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 113-139, Apr. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182011000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 17 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-06182011000100005>.

SINGER, A. **Os Sentidos do Lulismo. Reforma Gradual e Pacto Conservador.** São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

SOLANO, E.; ORTELLADO, P.; RIBEIRO, M. M. 2016: O Ano da Polarização: In; SOLANO, E.; ROCHA, C. **As direitas nas redes e nas ruas. A crise política no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2019, p. 91-120.

SPYER, J. **Povo de Deus. Quem são os evangélicos e por que eles importam.** São Paulo: Geração, 2020.

The search for popularity and the dispute between neoliberalism and neodevelopment under the Bolsonaro government

ABSTRACT

This paper analyzes contradictions in the clash between the neoliberal and (neo)development theory, has long dominated the country's politics landscape, and understand how the inability to create alternatives the difficulty of proposing ways out beyond them, made possible the victory of a movement to radicalize the neoliberal project. In this sense, the question is to demonstrate how this ultraliberal project is once again built in an ungovernable way and based on a profound contempt for life and as the Bolsonaro government, seeking to build an electoral base for 2022, attempts are being made to appropriate income transfer programs that are deeply antagonistic to the project underway.

Keywords: Bolsonaro, Neo-developmentalism, Neoliberalism, Cash Transfer Programs.